



**5tas. JORNADAS URUGUAYAS DE HISTORIA ECONÓMICA
Montevideo, 23 al 25 de noviembre de 2011**

“Recursos Naturales en perspectiva histórica: ¿Maldición o Bendición?”

Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884)

Thales A. Zamberlan Pereira¹
thaleszp@gmail.com

Ildo Lautharte Jr
ildojunior@hotmail.com

** Essa é uma versão preliminar do trabalho. Favor não citar.*

RESUMO

O charque foi o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Sendo um importante alimento dos escravos que trabalhavam na zona cafeeira no centro do Brasil, sua demanda estaria assegurada enquanto a escravidão perdurasse. No entanto, a partir da década de 1850, a sobrevivência da indústria já era questionada, principalmente devido à concorrência uruguaia e argentina. A historiografia tradicional atribui à fatores internos esta falta de competitividade, como a utilização de mão-de-obra escrava em contraste com o uso de trabalhadores assalariados pela indústria platina, que seriam mais eficientes. O objetivo do presente trabalho é testar estas hipóteses e verificar quais fatores levaram ao declínio das charqueadas no sul do Brasil. Argumentamos que fatores internos são insuficientes para se compreender esse fenômeno, e que causas externas, determinadas pela maior integração dos mercados internacionais a partir de 1850, resultaram na incapacidade da indústria gaúcha de se sustentar no longo prazo. As tentativas de protecionismo que ocorreram a partir de 1845 foram insuficientes para barrar fatores exógenos que levaram ao aumento do preço do produto e a redução de sua demanda ao longo do tempo.

¹ Alunos do programa de pós-graduação em economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Agradecemos especialmente ao professor Luiz Paulo Nogueiról por disponibilizar a base de dados dos inventários com informações aqui utilizadas sobre os escravos e a María Inés Moraes por disponibilizar os dados sobre os preços do *tasajo* Uruguaio, através do projeto “*Banco de Datos Histórico sobre las comunidades pre-industriales del Río de la Plata*”. Além disso, agradecemos pela ajuda e comentários de Thomas Kang, Fábio Pesavento, Sérgio Monteiro, Pedro Fonseca, Leonardo Monastério, Sebastián Fleitas. Esclarecemos que quaisquer equívocos aqui apresentados são de inteira responsabilidade dos autores.

1. Introdução

Segundo a historiografia econômica, descrever o Brasil do século XIX normalmente se traduz em uma história sobre o café e como a demanda internacional por esse produto foi responsável para o crescimento econômico das regiões centrais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Estudos sobre regiões brasileiras periféricas no período focam, tradicionalmente, nas interações com a economia central, demonstrando como o aumento das exportações de café gerou uma maior demanda por produtos, principalmente alimentícios, nas regiões não centrais do Brasil.

O maior impacto de dinâmicas internacionais em produtos locais durante a segunda metade do século XIX ocorreu devido à maior integração dos mercados de *commodities* e à redução no custo de transporte na economia do atlântico (O'ROURKE e WILLIAMSON, 1999). Regiões como o Rio Grande do Sul, antes conectadas ao centro do país através da venda de muarens iniciada com o ciclo aurífero, passaram a ampliar sua rede de comércio com a venda do charque e do couro. A convergência de preços devido à maior integração entre mercados, no entanto, possibilitou uma maior concorrência por parte de economias como a uruguaia e a argentina, que também exportavam produtos da pecuária.

Em relação ao transporte, seu alto custo continuava sendo um problema para a maior integração entre o mercado do Rio Grande do Sul e o comprador de seus produtos, o centro do país. Efetuado através da cabotagem e mulas em décadas anteriores, o transporte dos produtos do sul não encontraram uma solução mais eficiente com o aparecimento das ferrovias a partir de 1850. O fato de poucas linhas ferroviárias serem paralelas a costa indica que as ferrovias não possuíam uma vantagem comparativa para o transporte pela costa brasileira, sendo o transporte ferroviário complementar e não substituto ao marítimo (SUMMERHILL, p.32, 2003). Além disso, a rede ferroviária no Rio Grande do Sul não se integrava às principais regiões produtoras de café, o que limitava o transporte interno.

A concorrência de mercados externos como o Uruguai era caracterizado como um tormento constante para os exportadores do Rio Grande do Sul. Com condições geográficas semelhantes e produzindo o principal alimento dos escravos, Uruguai e Rio Grande do Sul disputaram o mercado do charque na região do café ao longo do século XIX.

Para os criadores, charqueadores e exportadores do Rio Grande do Sul, após 1850 o quadro era claro: a economia gaúcha não podia concorrer com a produção platina. (CARDOSO, p.204, 2003). As explicações para essa falta de competitividade geralmente recaíram sob o mercado de trabalho. Interpretações clássicas, como a de Fernando Henrique Cardoso, apontaram a diferença entre a produtividade do trabalho escravo no Brasil e assalariado no Uruguai como um dos principais fatores que davam vantagem ao charque platino.

Trabalhos como de Monastério (2005) contestaram a suposta irracionalidade no uso de escravos na economia de exportação rio-grandense, e demonstraram que durante o período, o escravo representava um custo menor que o trabalhador assalariado. Além disso, o autor argumenta que o que ocorreu no sul do Brasil foi resultado de uma “Doença Holandesa”, onde um *boom* no setor exportador trouxe conseqüências negativas para outros setores da economia. Essa seria, portanto, a verdadeira responsável pela crise do charque.

O presente trabalho se propõe a analisar a indústria charqueadora do Rio Grande do Sul, localizada principalmente no município de Pelotas, em conjunto com os criadores de gado, que se situavam na região da campanha perto da fronteira com o Uruguai, durante a segunda metade do século XIX. O objetivo é verificar quais fatores foram responsáveis para o declínio da indústria do principal produto de exportação da região.

Para responder a esta questão, analisamos primeiramente a história da região até a década de 1850, especialmente o impacto dos conflitos que ocorreram na região do Rio da Prata. Na seção seguinte, para o período principal do trabalho, entre 1850 e 1884, demonstramos como a estagnação da região brasileira foi resultado de fatores exógenos que favoreceram o desempenho da indústria uruguaia, em detrimento da brasileira. Na seção 4 são apresentadas as interpretações clássicas sobre o declínio das charqueadas rio-grandenses e contra-argumentações recentes. Por último, testamos empiricamente as diversas hipóteses levantadas sobre o declínio das charqueadas.

2. A disputa do mercado da carne entre o Rio Grande e o Rio da Prata até a década de 1850.

A história do Rio Grande do Sul é fortemente marcada não apenas por seus confrontos e fronteiras moveáveis, mas pela importância da pecuária. Durante o século XIX, as abundantes pastagens da região da campanha propiciaram o palco para a expansão do que viria a ser o seu principal produto de exportação: o charque. Essa importância é ratificada pela participação do charque em relação ao total exportado: 35,9% em média para o período de 1845-1889. Além desse, o couro, outro produto da pecuária, teve uma participação média de 34,6% durante a segunda metade do século XIX, o que somado ao charque representou mais de 2/3 da economia gaúcha². Os principais núcleos populacionais ligados ao setor charqueador eram Pelotas e Rio Grande, que tiveram um crescimento populacional de 724% e 884% no período de 1814 a 1860, enquanto a média para o estado foi de 286% (Bell; *Apud* Monastério; 2003).

Relatos de viajantes estrangeiros durante as décadas iniciais do século XIX possuíam um tom otimista em relação às potencialidades econômicas do charque rio-grandense, principalmente devido à instabilidade política da região do Rio da Prata no período. No entanto, a partir de 1850, “the general tenor of comment of Rio Grande do Sul was negative, whatever its source”. (BELL, p.79, 1998).

A relação entre instabilidades políticas e econômicas teve como marco inicial o fim da guerra Cisplatina e a independência do Uruguai em 1828, colocando fim a chamada Banda Oriental, região de contínua disputa entre Brasil e Argentina. Anteriormente a sua independência, o gado era criado solto na região e possuía livre trânsito para o Brasil. Após 1828, o gado não foi mais majoritariamente dirigido para as charqueadas rio-grandenses, tornando-se também insumo para as charqueadas que surgiram no Uruguai (PESAVENTO, 1980).

A existência de um mercado concorrente apresentava novas dificuldades para o Rio Grande do Sul. Assim como na Argentina, os “saladeros” platinos eram o principal setor produtivo das economias do Rio da Prata e, portanto, recebiam importantes incentivos governamentais. No lado brasileiro, pertencendo a uma região periférica em um país monárquico com poder centralizador, a perda de mercado levou ao

² Dados sobre o charque e o couro são dos Documentos FEE n.60 (2004).

descontentamento das elites charqueadoras e transformou o Rio Grande do Sul no palco de uma revolução de bandeira federalista entre 1835 e 1845: a Revolução Farroupilha.

Os revolucionários, que eram formados pela elite da campanha Rio-Grandense, eram críticos das altas taxas alfandegárias e impostos sobre o setor charqueador, e devido à carga tributária, advogavam concorrência desleal por parte do charque platino, principalmente Argentino, que possuía livre entrada, ou seja, não sofria taxaço. (PADOIN, p.40, 2006). Para os setores centrais da economia brasileira, principalmente o café, que começava a despontar durante a década de 1840, a existência de políticas protecionistas que favoreciam a indústria do Rio Grande do Sul representavam uma elevação de custos, pois o charque era um dos principais alimentos dos escravos, a mão-de-obra dominante nas plantações³.

A violência da Revolução Farroupilha resultou em instabilidade na oferta do charque. Como o gado era transportado da região oeste do Rio Grande do Sul próximo do Uruguai, a guerra afetou os rebanhos “em virtude das carnações e das dispersões de animais, causadas pela passagem dos exércitos, da dificuldade de vigilância, que tornava mais simples a ação de bandos de ladrões de gado” (FARINATTI, p.98, 2008).

O conflito entre o desejo arrecadatório do império e a isenção do imposto de importação do charque platino estabeleceu o acordo ao fim da Revolução Farroupilha: a taxaço do charque importado em 25% (FEE, 2004). Tal acordo foi um duro golpe para o discurso do setor cafeeiro sobre o livre comércio, que advogava que o protecionismo iria prejudicar, fundamentalmente, o consumidor nacional (FONSECA, 1983). A diferença ideológica entre as regiões, no entanto, era estreitamente correlata com as possibilidades econômicas assimétricas. Enquanto o sul não conseguiria manter sua economia sem proteção - também devido aos impostos que sofria - o centro, sem concorrência para o café, defendia o liberalismo econômico.

³ “O favorecimento dos interesses ligados ao segmento do café em detrimento dos interesses da pecuária-charqueada do Rio Grande do Sul foi uma das causas determinantes da Guerra dos Farrapos (1835-1845). O Governo Imperial penalizava duplamente as elites do sul, pois cobrava altas taxas sobre a importação do sal, matéria-prima básica para o charque, e também as onerava com impostos sobre a propriedade da terra. Se, por um lado, esses tributos elevavam os custos de produção do charque e, em decorrência, seu preço de venda, por outro, a necessidade de garantir alimentos a preços baixos para a manutenção da mão-de-obra escrava constituía motivo para o Governo Imperial baixar o imposto fixado sobre a importação do charque do Prata. Por isso, o RS ficava em desvantagem na concorrência com as importações de charque dos castelhanos (FEE, p.20, 2004)”.

Após o término da Revolução Farroupilha, outras crises impossibilitaram a reorganização do setor no curto prazo. A província sofreu uma forte diminuição na quantidade do gado, devido principalmente a doenças e também a fatores climáticos, como secas (CORSETTI, 1983). Outro conflito na região, a chamada Guerra Grande (1839 – 1852) no Uruguai, resultante da divisão política entre Blancos e Colorados, também impactou a oferta de gado para as charqueadas (BELL, p.404, 1993)⁴. O impacto era inevitável quando ocorriam instabilidades entre as regiões, uma vez que as terras uruguaias ao norte do Rio Negro eram “praticamente um apêndice econômico e social do Império”, tendo grande número de criadores de gado brasileiros, que utilizavam cativos mesmo após a abolição da escravidão no Uruguai (SOUZA e PRADO, p.2, 2002).

O incômodo gerado pela presença brasileira em terras uruguaias teve um precedente de forte impacto diplomático com a Guerra Grande, quando muitas propriedades de brasileiros foram confiscadas, não somente pelas milícias do partido Blanco, chefiados por Manuel Oribe, que controlavam a região da fronteira, mas pelas forças Coloradas. Segundo Souza e Prado (2002), a conexão política dos estancieiros brasileiros com diferentes partidos uruguaios era um fator mais importante para a violação da propriedade privada que o simples fato da nacionalidade.

Além do confisco das terras, outro impacto negativo da guerra ocorreu com o bloqueio da passagem de bovinos para o Rio Grande do Sul. A tensão na fronteira aumentou com as invasões de estancieiros rio-grandenses na banda oriental, que retaliaram confiscando o gado e saqueando propriedades com exércitos particulares, as chamadas “califórnia” (Ibid, p.9).

A divisão política no Uruguai e a violência por parte dos brasileiros demonstram que o impacto da Guerra Grande na região brasileira não se comparava à situação na república uruguaia, cuja presença externa não ficou restrita aos brasileiros. Durante esse período, os Blancos sitiaram Montevideú por aproximadamente nove anos contra forças de resistência compostas por legionários franceses e italianos pagos pelo governo Francês, que somente deixaram a capital ao término do confronto em 1852. Segundo Rock (p.185, 2000): “Montevideo virtually became a French protectorate.” The Eastern

⁴ Os Blancos eram associados com os Federalistas Argentinos enquanto o Império Brasileiro, a Inglaterra e os “Unitários” Argentinos apoiavam o partido Colorado.

Republic of Uruguay existed only as 'a gift of foreigners ... [as] a statement, not an accomplished fact', declared President Bernardo Berro in 1860”.

A instabilidade devido aos conflitos constantes após a independência em 1828 resultou em praticamente duas décadas de destruição da riqueza dos criadores de gado e da atividade comercial:

How much time and effort, and how many resources, did the River Plate region have to divert to defending its political sovereignty after 1830? Need one be reminded of the French and English interventions of 1838 to 1862, and the Italian and United States' threats to the Uruguayan government. (BARRAN e NAHUM, p.671, 1984).

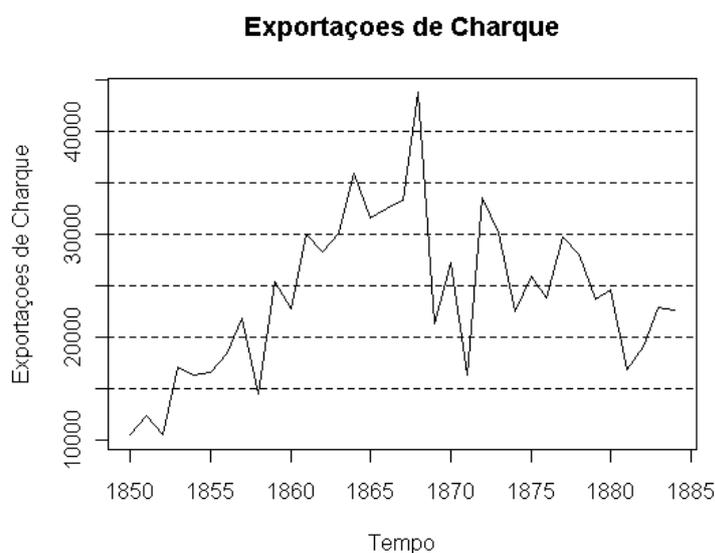
Assim como no caso francês e inglês, as tensões diplomáticas do Uruguai com o Brasil surgiam das tentativas do império brasileiro de influenciar questões políticas e econômicas na região. Preocupado em aumentar sua influência política e econômica na América Latina, a ação diplomática do governo brasileiro tinha grande interesse pelas questões geopolíticas do rio da prata. O apoio brasileiro às independências do Uruguai e do Paraguai (1844) tinha, em primeiro lugar, o claro objetivo de estabelecer um equilíbrio entre o Brasil e a Confederação Argentina, os quais lutavam pela hegemonia econômica e política na América do Sul. (SANTOS, p.38, 1987). O posicionamento brasileiro como suposto protetor da independência uruguaia, principalmente contra as investidas do comandante argentino J.M de Rosas, lhe dava o direito de intervenção militar em solo uruguaio, fato que facilitou um acordo favorável ao Brasil nos tratados estabelecidos no final do confronto.

Enfraquecido pela guerra, o Uruguai teve que aceitar os termos do governo brasileiro nos tratados de 1851. O objetivo dos tratados era primeiramente atender aos interesses geopolíticos do Brasil e somente de uma forma secundária favorecer os estancieiros brasileiros na região. Os tratados permitiram o fim da Guerra Grande e das “califórnicas” e deixaram o partido Colorado dependente do governo brasileiro para prevenir novas insurreições pelo partido Blanco. Essa dependência levou a aceitação da ocupação de Montevideú com tropas do exército Imperial em 1853 (SOUZA e PRADO, 2002).

Portanto, “para aumentar mais ainda a dependência do Uruguai era preciso prejudicar a indústria do charque desse país” (SANTOS, p.41, 1987), o que foi possível através de penalizações aplicadas ao setor pecuarista uruguaio que beneficiaram

largamente a economia do Rio Grande do Sul. Os tratados colocaram um imposto sobre o charque platino, retornaram o livre trânsito do gado através das fronteiras e fortaleceram o direito de propriedade em território uruguaio por brasileiros. A diminuição da entrada de charque uruguaio pelo Rio Grande do Sul⁵ teve impacto imediato no aumento da quantidade exportada de charque rio-grandense a partir da década de 1850, evidente no gráfico 1.

Gráfico 1: Exportações de Charque do Rio Grande do Sul (em toneladas).



3. O mercado da carne e a globalização dos mercados: 1850-1890.

A desorganização política e econômica do Uruguai, resultado de guerras constantes e acordos comerciais desfavoráveis, levou à uma reorganização política a partir de 1856. Entre essa data e 1865, chefes políticos do partido Blanco e Colorado tentaram implementar uma política de aproximação para criar uma consciência nacional e denunciar o perjúrio resultante das conexões com outros países que ambos os partidos tiveram no passado (CASAL, p.120, 2004).

O Uruguai, no entanto, com ou sem conflitos políticos, “crescia, mudava, ou estagnava em resposta as flutuações da economia mundial” (BARRAN e NAHUM, p.656, 1984). Os produtos que o país produzia necessitavam de uma demanda externa, e essa estava em constante mudança. O fator de mudança na demanda mundial pelos

⁵ Entrada de charque uruguaio no Rio Grande do Sul: 1850/51 - 618.926 arrobas; 1851/52 - 256.076; 1852/53 - 212.545; 1854/55- 126.002.19 (SANTOS, p.41, 1987).

produtos da pecuária foi negligenciado na historiografia do Rio Grande do Sul, como veremos na próxima seção.

Como resposta às mudanças da demanda mundial, o charque começou a perder sua dominância na pauta de exportações uruguaias a partir de 1860. Com o setor penalizado pelos tratados de 1851, que favoreciam o charque brasileiro, existiam incentivos para diversificar. A título de comparação, em 1859, a libra do charque exportado pelo Rio Grande do Sul custava em média \$60 Réis, enquanto o *tasajo* uruguaio custava \$49 Réis. No entanto, com o imposto de 25% sobre o produto resultante dos tratados de 1851, seu valor ficava próximo ao brasileiro, em \$61 Réis⁶.

Sendo, na época, uma das poucas regiões do mundo onde o gado bovino e ovino compartilhava o mesmo território, os exportadores uruguaios se beneficiaram com reviravoltas inesperadas nos mercados internacionais decorrentes da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865). Principal fornecedor de algodão para a indústria têxtil européia, os Estados Unidos tiveram uma abrupta queda na produção durante a guerra, aumentando a demanda européia por algodão de outras regiões – inclusive do Brasil - e por substitutos como a lã (Ibid, p.659).

Em apenas uma década (1860-1870), a indústria da lã estabeleceu-se como uma indústria de grande importância para a economia uruguaia, possibilitando o surgimento de estancieiros de médio porte e colocou os ovinos em um patamar superior na pecuária:

The killing of a young bull that was difficult to place in the salting plant and dependent on the limited Cuban and Brazilian demand was admissible. To destroy a flock of sheep, however, was another matter. It reeked of nothing less than heresy (Ibid, p.660).

Aproveitando o cenário externo favorável (1861-1867), o aumento da criação de ovinos possibilitou uma diversificação na pauta de exportações uruguaias que se manteve em períodos posteriores. Esse cenário, contudo, não se verificou para os estancieiros ao norte do Rio Negro, majoritariamente brasileiros, que por terem maior lucratividade na venda do gado bovino devido aos tratados, continuaram com a criação extensiva, alimentando a indústria do charque no Rio Grande do Sul (Ibid, p.661).

⁶ Dados sobre o preço do charque são da Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, dezembro de 1922, disponíveis em FEE (2004). Os dados referem-se à tonelada exportada (1 ton = 1728 libras). Dados sobre o *tasajo* foram disponibilizados pelo projeto *Banco de Datos Histórico sobre las comunidades pre-industriales del Río de la Plata*. As unidades de peso são do IPEADATA: Unidades de Medidas Históricas.

No entanto, seguindo a premissa que o Uruguai seguia os “ventos globais”, com a normalização do mercado após o fim da guerra civil, o setor da lã perdeu uma fatia de mercado considerável. Na década de 1870, a criação de ovelhas representava apenas uma desilusão para quem esperava conseguir as altas taxas de lucros da década anterior. Segundo um autor contemporâneo a esses eventos: “Twenty years ago sheep farmers thrived. [foreigners] led for a few years jolly lives of savage exile, and then they went home rich ‘for good’. Presently increased wages, and the higher prices of campo-land, [...] changed the face of affairs” (BURTON, p.88, 1870). As dificuldades uruguaias aumentaram com o fato dos Estados Unidos, um dos maiores consumidores de lã em décadas anteriores, entrar nesse mercado após o fim da guerra civil e introduzir tarifas protecionistas (*Morrill tariff*) contra o produto uruguaio (Ibid, p.88).

Os altos lucros advindos durante o período de prosperidade das exportações de lã levaram à percepção na literatura que a partir de 1860, “una visión moderna de las posibilidades de la estancia, imponiendo una tecnología innovadora, hizo surgir un grupo social con un claro proyecto capitalista” (MINELLO, p.578, 1977). Esse “projeto capitalista” parece advir de uma maior disponibilidade de capital, onde a maior demanda por couros e lã ofereceu incentivos para o investimento em maquinários a vapor para extrair a graxa dos animais e aumentar a produtividade.

Exemplo conhecido dessa mudança é o surgimento, em 1862, da primeira fábrica de extrato de carne da região do Prata, por uma companhia belga. Situada na cidade de Fray Bentos, em local anteriormente utilizado por um *saladero*, a fábrica foi vendida para uma empresa britânica em 1866 dando origem à “Liebig’s Extract of Meat Company”. O viajante anglo-irlandês Thomas J. Hutchinson visitou a fábrica em 1867, e sua primeira impressão refere-se à dessemelhança de outros *saladeros* que tinha visitado, em relação à ausência de maus odores: “The general atmosphere, about the engine-house particularly, being suggestive of rich beef-gravy” (HUTCHINSON, p.411, 1868).

Hutchinson relata que cada animal resultava em 10 libras (4.5kg) de extrato, e que durante sua visita em março de 1867, a fábrica tinha capacidade para produzir 250

libras (114kg) por dia⁷, quantidade insuficiente para atender a demanda européia segundo foi informado, que era quatro vezes esse valor (Ibid, p.412). Essa “essência” de carne tinha grande rendimento, por ser preparada como uma sopa, e com aproximadamente 1 libra poderia alimentar 128 homens (Ibid, p.228). A lata contendo essa quantidade era vendida em Londres a 12s. 6d. A título de comparação, um animal saudável resultava em média 300 libras de carne (fresh beef), sendo vendido na Inglaterra entre 4d e 5d por libra⁸ (Ibid, p.226).

Outro contemporâneo que conheceu a Liebig foi o italiano Antonio Gallenga. Em seu livro que registra sua viagem pela América do Sul, ele descreve a “famosa” companhia inglesa, com seu capital de £500.000 (GALLENKA, p.299, 1880). Segundo o autor, durante os meses de verão, onde o gado tinha seu maior peso, rebanhos chegavam de grandes distâncias, alguns acima de 100 milhas, e uma média de mil cabeças de gado bovino eram abatidas ao dia. Com 550 homens empregados, principalmente bascos, a fábrica abatia cerca de 80 animais por hora (Ibid, p.300). Com grande aproveitamento dos animais, onde “nada era desperdiçado”, Gallenga cita estimativas sobre o rendimento da fábrica, que chegava a ter lucros anuais de £81.000, utilizando 6000 toneladas de carvão e consumindo aproximadamente 128.000 libras de sal.

A limpeza na Liebig em relação aos *saladeros* “comuns” citados por Hutchinson, fica evidente na descrição de Gallenga acerca de um *saladero* no qual foi “hospitably entertained by a Brazilian, an accomplished gentleman”. O autor não cita a localização, mas apesar de ser recepcionado por um brasileiro, o estabelecimento aparenta situar-se em território uruguaio. Segundo a descrição, após conhecer o matadouro acompanhado pela família do anfitrião - e surpreso por ninguém se importar com a quantidade de sangue e restos de animais no local - “we went back to the breakfast-room, the dwelling-house being so close to the *saladero* that the flies would not have allowed us to eat in peace for one moment” (Ibid, p.301).

⁷ Jones (p.366, 1927) oferece dados semelhantes em relação a produção do extrato de carne. Segundo ele, o produto era enlatado em recipientes de aproximadamente 110 libras, que consumiam em média 15 animais.

⁸ Segundo Moura Filho (2006), a taxa de câmbio nominal em 1867 entre o Mil-réis e a Libra Esterlina era de 9,4. Lembrando que no período £1 = 20s (shillings) = 240d (pennies). Com isso, o preço de 1 libra de extrato de carne custava aproximadamente \$641 Réis. A libra da carne “fresca” custava \$50 Réis. A produção de carne de um animal, estipulada em 300 libras, equivaleria a 15\$625 Mil Réis ou U\$30 dólares americanos no período.

Tais informações ressaltam a importância do extrato de carne na pauta de exportações do Uruguai, não somente ao seu maior valor agregado e a possibilidade de ser transportado para mercados distantes, como também ao fato que o Uruguai continuava diversificando sua pauta de exportação e relegando um papel menor ao charque. Contudo, o extrato não tinha o mesmo apelo que a carne fresca. Segundo Jones (p.366, 1927):

“[...] except for the war years, when a large demand for this kind of meat (canned and tasajo) for the armies existed, the exports have been small. The canning plants must give way, as the cattle industry improves, to the modern packing plants which turn out the higher grades of meat”

Apesar do crescimento limitado da demanda pelo produto, novamente a indústria uruguaia receberia um estímulo devido a um fator exógeno, resultante dos conflitos que se iniciaram no final da década de 1860. Mesmo com aumento das exportações, o pacto entre os partidos em 1856 e a melhor condição econômica do país, o confronto partidário ressurgiu com a tensão geopolítica na região que levou à Guerra do Paraguai. O Brasil novamente intercedeu em território uruguaio, apoiando o presidente do partido colorado Venancio Flores. Contra o partido Blanco, apoiado pelo Marechal paraguaio Solano López, o Império brasileiro enviou forças terrestres e uma esquadra comandada pelo Barão de Tamandaré. As razões para a intervenção brasileira vinham da constante disputa territorial na região, com a Argentina apoiando Flores e o Paraguai apoiando Berro, do partido Blanco, criando a necessidade do Brasil se posicionar no confronto, além do fato de existirem muitos fazendeiros brasileiros na região (CASAL, p.122, 2004).

Utilizando regiões de fronteira como base de operações de guerra e provendo auxílios financeiros, o Império brasileiro trouxe ganhos significativos na esfera econômica para o Uruguai:

The monthly subsidy that Brazil paid in exchange for the services of the Oriental Division during the war caused an artificial economic expansion from 1865 to 1868. The incoming gold allowed Montevideo entrepreneurs to establish new navigation, railroad, telegraph, and building companies as well as new steam factories, new banks, credit brokers, and even mining operations. The city's shipping companies, in particular, made significant profits as middlemen between Brazilian purveyors and the allied armies (Ibid, p.137).

A venda de alimentos aos exércitos aliados, como o gado a pé e principalmente o extrato de carne, gerou um rápido crescimento da atividade econômica que causou um aumento nos preços do gado e da terra. Devido às altas taxas de lucro, os bancos

triplicaram a emissão de moeda, o que possibilitou o investimento dos primeiros locais de armazenamento de carne refrigerados. No entanto, a partir de 1868, o fluxo de ouro brasileiro estancou, resultando no fim do surto de crescimento uruguaio gerado pela guerra (Ibid, p.138).

Contudo, apesar do aumento da demanda durante a Guerra do Paraguai, a carne bovina uruguaia não conseguia aumentar sua oferta para mercados externos que sustentassem a demanda no longo prazo. O grande mercado da carne nesse período residia nas carnes refrigeradas, que começavam a ter demanda crescente no mercado europeu. Porém, já na década de 1860, os Estados Unidos se beneficiavam de um sistema de distribuição de carnes muito superior ao da região do Prata:

By the end of the 1860s, "dressed" meat (meat prepared for the market) was shipped across the United States in the refrigerated cars. Meatpackers began developing distribution systems that included cold-storage warehouses in major cities, meaning that residents of those cities would have easier (and safer) access to meat year round. [...] With the increased popularity of dressed beef, made ready to travel in refrigerated cars to distant venues, the meatpacking plants began implementing new technologies in their production lines. (TIMMONS, p.85, 2005).

O consumidor europeu, principalmente o britânico rejeitava o charque (MINELLO, p. 580, 1977), e a partir de 1870 os Estados Unidos já começavam a exportar carne refrigerada através do Atlântico, o que limitava os mercados disponíveis para o Uruguai (WILLIAMSON e O'ROURKE, p.35, 1999). Dada essa condição, o destino da carne ainda era majoritariamente o Brasil, o principal comprador de carne de baixa qualidade⁹. Contudo, com o declínio da população escrava em todo o país, se aproximando de 45% para as áreas de cultivo do café entre 1872 e 1887 (LUNA e KLEIN, p.320, 2010), o aumento da demanda pelo charque era improvável. Segundo Holloway (p.78, 1980), os imigrantes, que começaram a ser a mão-de-obra dos cafezais a partir da década de 1870, preferiam plantações onde os salários fossem mais baixos, mas que possuíssem áreas para o plantio de alimentos.

O seu baixo preço evidencia o fato do produto ser rejeitado por boa parte da população, sendo considerado “alimento de escravos”. Usando uma tabela de preços de gêneros na cidade de São Leopoldo no ano de 1867¹⁰, essas relações ficam evidentes.

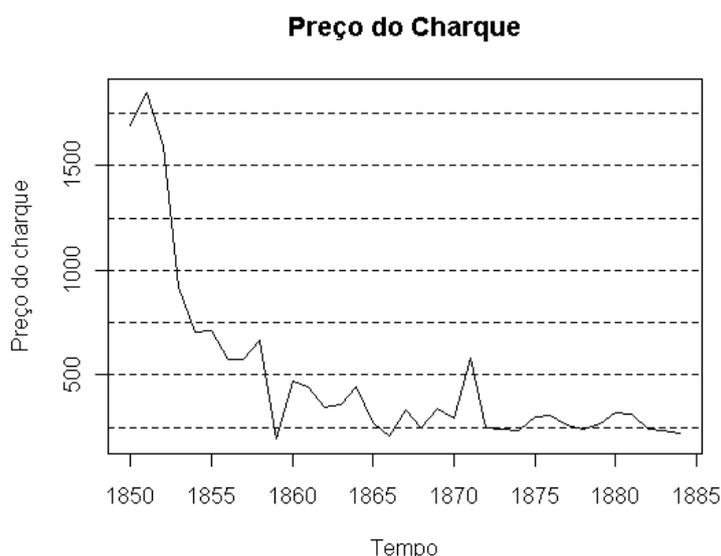
⁹ Segundo Hutchinson (1868): “Only in Brazil and Cuba, where it is bought on account of its cheapness to feed the slaves, has this charqui ever been a marketable article”.

¹⁰ Informações do Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, p.87, 1868. Disponível na biblioteca da FEE.

Custando \$120 Réis a libra, o charque custava menos que a libra do arroz (\$160), do toucinho (\$280) e da banha de porco (\$400). Também a título de comparação, a libra do sabão nacional custava \$200, a dúzia de ovos \$210, uma galinha \$500 e um Peru 2\$000 mil-réis.

Sendo um produto de baixa qualidade e com isso com um forte efeito substituição, a demanda por charque era muito sensível a variações nos preços, o que levou os preços desse produto a se manterem no mesmo patamar durante o período analisado. Podemos observar essa informação com o preço médio da tonelada exportada de charque em mil-réis, deflacionado pelo índice de Lobo (1971), como observamos no gráfico 2.

Gráfico 2: Preço do Charque (Mil-Réis/tonelada)



Percebendo os limites que o charque representava como produto e tendo disponibilidade de capitais devido ao crescimento da demanda por lã durante a Guerra Civil Americana, à entrada de ouro do Império Brasileiro durante a Guerra do Paraguai e ao investimento Britânico em empresas de extração de carne, os estancieiros uruguaios tentaram responder às mudanças nas preferências do mercado global. Em 1871, foi fundada a Associação Rural do Uruguai, “siendo su único objeto el progreso de la ganadería y de la agricultura” (Estatutos de la Asociación Rural, 1871; apud BARRAN e NAHUM, 1967, p.143).

A associação possuía muitos estancieiros estrangeiros, e não tinha o objetivo de exercer poder político direto no país, mas sim pressionar o governo por incentivos ao

setor, como melhor infra-estrutura e menores impostos. (MINELLO, p.579, 1977). Essas mudanças resultaram em uma reorientação na pauta de produtos para exportação através do maior investimento na indústria da carne. O resultado foi um crescimento expressivo do setor, ainda mais quando comparado ao Brasil.

O aumento do gado bovino no Uruguai durante o período entre 1852 e 1900 foi aproximadamente 37%, de 1.800.000 cabeças para 6.800.000, enquanto o crescimento do gado ovino foi 233%, com 796.000 cabeças em 1850 para 18.608.000 cabeças em 1900 (JONES, p.362, 1927). Esses dados apresentam uma densidade populacional do gado impressionante, dado que em 1883, de acordo com o jornal Uruguai 'La Razón', “[...] El imperio brasileiro con sus 8.377.218 km de extensión y sus 12.000.000 de habitantes no cuentan con un total de 6.000.000 de cabezas bovinas” (BARRÁN e NAHUM, p.126, 1972).

Não somente o número de cabeças de gado aumentou, como a produção de carnes de menor qualidade foi progressivamente sendo reduzida ao longo do tempo. A título de comparação, o charque representava na média para os anos de 1921-1923 apenas 5% das exportações de commodities na pauta uruguaia (JONES, p.366, 1927), enquanto a média para o Rio Grande do Sul era ainda de 20,8% (FEE, p.99, 2002). Carnes de melhor qualidade, como refrigeradas (7%), congeladas (14%) e enlatadas (7%) colocavam o charque como um produto do passado na República do Uruguai enquanto o Rio Grande do Sul exportava apenas 0,33% de carnes em conserva e 5,33% em carnes frigorificadas. O atraso das carnes refrigeradas se verifica com o primeiro frigorífico rio-grandense surgindo apenas em 1918 enquanto o estabelecimento da Frigorífica Uruguaia ocorreu em 1905 (JONES, p.362, 1927).

A demanda global tinha mudado, e o Uruguai conseguiu transformar e diversificar sua indústria para atender principalmente o consumidor europeu. Mesmo não conseguindo concorrer com a indústria norte-americana, a indústria de carnes do Rio da Prata se modernizou no último quarto do século XIX enquanto a indústria rio-grandense estagnava. Apesar de o charque permanecer importante para o Rio Grande do Sul, não o era mais para outras regiões.

4. Interpretações sobre o declínio das charqueadas no Rio Grande do Sul.

Pela ótica brasileira, segundo a historiografia tradicional, a desorganização da atividade saladeiril no Uruguai durou até a metade da década de 1860 quando, segundo Pesavento (1980), o “saladero platino passou a experimentar uma série de inovações no sentido da configuração de uma verdadeira empresa capitalista”. Para a autora, a crise das charqueadas rio-grandense começou a partir da década de 1860, com aumento substancial de seus custos. Esse aumento deu-se porque a maior parte dos gastos incidia sobre a reposição da mão-de-obra, uma vez que com o fim do tráfico de escravos em 1850, a oferta de mão-de-obra começou a contrair. Essa contração teve um impacto imediato nos preços dos cativos, como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3. Preço médio dos escravos do sexo masculino entre 20 e 30 anos (Mil-Réis).



Essa interpretação das limitações que o escravo impunha às charqueadas permeia muitos trabalhos clássicos da historiografia do Rio Grande do Sul, como Décio Freitas, que argumenta que nada poderia ser mais antieconômico na produção do charque do que utilizar a mão-de-obra africana cativa (BELL, p.48, 1998). O uso do trabalho escravo é citado como um dos principais fatores que impediram o desenvolvimento não somente das charqueadas, mas do setor agrário brasileiro durante o século XIX:

“também no extremo sul, [...] o convívio de mão-de-obra servil com o trabalho livre mostra, nas charqueadas, onde maior era o contingente escravo, o seu caráter antieconômico, impróprio para a retração nos

momentos de crise, com o capital fixo e imobilizado perturbando a racionalidade da empresa (Faoro, 2009, p.519).”

A irracionalidade devido ao alto custo do cativo aliada à sua suposta produtividade constante teve sua principal defesa na obra clássica de Fernando Henrique Cardoso sobre a economia meridional. Para o autor, atividades como as charqueadas, não sendo sempre prósperas, teriam dificuldades em momentos de retração da demanda por seus produtos, pois não conseguindo reduzir o número de mão-de-obra, mantinham a oferta relativamente constante ao longo do tempo como forma de não deixar os trabalhadores ociosos (CARDOSO, p.78, 2003). Utilizando mão-de-obra assalariada, melhor qualidade do gado, incentivos fiscais à exportação, melhor acesso aos portos e proximidade comercial com os ingleses, a indústria do charque no Uruguai teria, portanto, uma série de vantagens sobre a brasileira.

Apesar de estabelecer uma série de fatores que favoreciam a indústria platina, o autor coloca a questão de mão-de-obra como o principal problema. No entanto, é interessante analisar como Cardoso defende essa hipótese. Segundo ele, o escravo, por não ter possibilidade de liberdade, não tinha “qualquer incentivo suficientemente forte por si mesmo para mantê-lo na conformidade com as regras impostas” (Ibid, p.173). O cativo, procurando negar totalmente a sua situação, só teria disciplina no trabalho e respeito aos senhores através da “violência institucionalizada que o capataz exercia em nome dos senhores” (Ibid, p.174). Portanto, o escravo não teria qualquer incentivo ao trabalho a não ser pela coerção, o que também limitaria sua especialização em algum ofício.

Essa interpretação, muito anterior à historiografia contemporânea sobre o assunto, aparece no debate brasileiro principalmente a partir do terceiro quarto do século XIX, quando a redução da oferta de escravos produziu visões apocalípticas sobre o fim da escravidão e colocou o imigrante europeu como a solução para o Brasil¹¹. A presença no debate sobre a preocupação com a mão-de-obra fica evidente nas Falas do Trono durante o Império, onde foi a questão mais referida: em 56 Falas, 34 mencionaram o problema da oferta de trabalhadores (CARVALHO, p.347, 2003).

¹¹ O congresso Agrícola de 1878 é um marco no debate sobre as preocupações governamentais para resolver o problema da mão-de-obra nacional com o fim da escravidão, que já era percebida como uma questão de tempo. Sobre o congresso, ver Mello (1999) e Santos e Hallewell, (p.64, 2002). Sobre a questão da imigração e o problema da escravidão, ver Skidmore (1974).

Segundo Cardoso, desde a década de 1840, teria se desenvolvido na região a idéia salvadora acerca da “consciência de que só o trabalho livre, propiciado pela imigração, poderia, enfim, transformar realmente a Província em numa área próspera e feliz” (p.216, 2003). No entanto, a demanda por estrangeiros normalmente se relacionava a atividades não diretamente conectadas à criação de gado e à produção de charque. Talvez o caso mais elucidativo seja a primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, que possuía aproximadamente 25 mil imigrantes em 1858 e se situava próxima a cidade de Pelotas, centro da indústria charqueadora. Apesar dessa proximidade, os imigrantes residentes não tinham vínculo direto com a produção do charque, mas compravam couro das charqueadas para realizar o curtume, uma das principais atividades da colônia¹².

Uma visão recorrente no período sobre a suposta superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo é apresentada em um texto de 1877 sobre as colônias de imigrantes no Brasil: “Da questi pochi cenni statistici la conclusione che se ne deve trarre è che il lavoro libero è più produttivo in *ogni* cultura, anche in quella del caffè, del cotone e dello zucchero, nella quale il lavoro dello schiavo era lodato e, certo, era al meno imperfetto” (MARCHESINI, p.76, 1877). Não somente no caso brasileiro, a inferioridade da mão-de-obra escrava já era defendida no século anterior à Marchesini, por Adam Smith na sua obra A Riqueza das Nações:

The experience of all ages and nations, I believe, demonstrates that the work done by slaves, though it appears to cost only their maintenance, is in the end the dearest of any. A person who can acquire no property, can have no other interest but to eat as much, and to labour as little as possible (SMITH, p.252, 2007).

No entanto, como a quantidade de escravos era maior nas regiões mais prósperas do Rio Grande do Sul, surgem algumas questões. Dado o fato que “os charqueadores, que em tese poderiam ter sido os mais ardentes defensores da abolição, mantiveram-se escravocratas até o fim” (CARDOSO, p. 257, 2003), se o uso de cativos fosse apenas devido a uma “visão senhorial de mundo”, o charqueador poderia ser considerado o mais irracional dos agentes.

Não oferecendo evidências que elucidem os motivos dos charqueadores insistirem em usar o trabalho escravo mesmo não sendo lucrativo, as razões de Cardoso

¹² Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, p.81, 1868. Disponível na biblioteca da FEE.

aparentam estarem presas somente ao plano teórico. No entanto, “one of the difficulties an economic historian experiences with the history of economic thought is precisely that at times, at least, it serves to obscure rather than clarify the course of events and its meaning” (GERSCHENKRON, p.2, 1969)¹³.

As limitações do trabalho escravo foram contestadas a partir do artigo de Conrad e Meyer¹⁴ em 1958. Com o importante trabalho subsequente de Engerman e Fogel (1989), foi demonstrado que – no caso dos EUA – o trabalho escravo poderia ser até mais produtivo que o assalariado, e portanto a razão de sua utilização seria econômica e não apenas uma fixação por uma “posição senhorial”:

Thus when slaveowners invested in slaves, it was not because they were doddering idiots wedded to an economically moribund institution. Nor was it because they were noble men who were sacrificing their personal economic interests to save the country from the threat of barbarism. (FOGEL, p.248, 1970).

No Brasil, o trabalho de Versiani (1994) contestou a visão da inferioridade econômica do trabalho cativo, quando afirma que “an eventual superiority of wage-labor production over slave production, as far as costs are concerned, can only be ascertained when all labor costs related to the two alternatives are considered”. Como nesses custos, estava o controle contra levantes e fugas, é compreensível a visão de autores quanto à impossibilidade de utilização de escravos em áreas de fronteira, como a campanha rio-grandense, quando afirmavam que “a dominação senhorial e o trabalho escravo organizado só se mantinham pela coação” (CARDOSO, p.178, 2003)¹⁵.

No entanto, Versiani demonstrou que existia a possibilidade de uma série de incentivos positivos, que não se relacionavam com o uso da violência, para manter a produtividade do escravo e evitar fugas, especialmente em áreas de fronteira, onde o custo de supervisionar o cativo era maior. Noguero et al (2007) fornecem evidências que a utilização de cavalos era comum na lida do campo por escravos, sendo alguns

¹³ Gerschenkron tem outras duas passagens brilhantes sobre o impacto do pensamento econômico: “Schumpeter once asked: ‘Can the reader be so thoroughly imbued with intellectual misconceptions as to believe that, without St. Simon’s teaching, the Credit Mobilier would not have been founded and managed exactly as it actually was, and would not have crashed exactly as it actually did?’ [...] the main tenor of this lecture should safeguard me against the intellectual conception or misconception of attributing too much weight to intellectual history (Ibid. p.12).

“[...] to hazard a counterfactual proposition. If List, or his predecessors, had never lived, the course of German protectionism would not have changed by one jot” (Ibid. p16).

¹⁴ Conrad, A. H. e J. H. Meyer, *The Economics of Slavery in the Antebellum South*.

¹⁵ Seguindo o mesmo raciocínio, Luiz Roberto Targa e Décio Freitas também defendiam a hipótese que a utilização de escravos na fronteira com o Uruguai não seria possível (NOGUERÓL et al, p.4, 2007).

inclusive domadores e que portanto, não responderiam somente a incentivos negativos. A existência de escravos marinheiros nos inventários *post-mortem* aqui utilizados também se apresenta como outra evidência importante. Apesar de eventuais fugas, a grande presença de brasileiros proprietários de terras no outro lado da fronteira¹⁶, aliada à responsabilidade do Uruguai de retornar escravos fugidos com os tratados de 1851 dificultava o aumento dessa atividade.

Além da existência de incentivos positivos, posteriormente outra hipótese defendida por Cardoso foi contestada. Monastério (2005) demonstrou que para as charqueadas gaúchas, durante o século XIX, a decisão de não utilizar trabalho assalariado era racional, pois a utilização de escravos era economicamente viável durante grande parte do período. O trabalho inclusive cita tentativas de se implantar o “sistema platino” de trabalho assalariado, que foram malfadadas. Além disso, existem registros que durante a Guerra do Paraguai houve tentativas de envio de prisioneiros de guerra e crianças paraguaias para trabalhar nos saladeiros, com o objetivo de reduzir os salários no setor (CASAL, p.131;135, 2004).

Outro indicativo do custo dos salários nos saladeiros uruguaios ocorre com o rompimento, em 1861, do Tratado do Comércio por parte do presidente Bernardo Berro sob a reclamação de competição desleal. O presidente proibiu contratos de trabalho de longa duração entre brasileiros e “cidadãos de cor”, pois a utilização de escravos representava a metade do salário de um peão oriental (SOUZA e PRADO, p.16, 2002).

Percebe-se que não somente a utilização de escravos era racional, por representar um custo inferior a mão-de-obra assalariada, como Marcondes (p.168, 2009) também demonstra que para o período de 1873-75, em cidades ligadas à criação de gado e às charqueadas, existiam escravos em diversas ocupações, ocorrendo divisão do trabalho¹⁷.

Os dados aqui utilizados também confirmam essa informação. Utilizando dados de inventários *post-mortem* na comarca de Pelotas¹⁸ para os anos de 1850 até 1884, encontramos clara divisão do trabalho por parte dos escravos. Verificando dados de

¹⁶ Segundo Souza (p.13, 2002), após os tratados de 1851, a posse do território uruguaio por brasileiros chegou a 30%.

¹⁷ As cidades são Dom Pedrito, Encruzilhada e Rio Pardo.

¹⁸ Os dados primários se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

registros de 637 escravos homens e saudáveis¹⁹ a partir de 18 anos, quando normalmente já possuíam algum ofício definido, metade (319) teve ofício declarado no inventário. Esse número é, no entanto, subestimado, uma vez que em determinados plantéis não constam no inventário quaisquer informações sobre os cativos, como região de origem e idade.

As mulheres também tinham ofícios declarados, como cozinheira, roceira, lavadeira, engomadeira, costureira, entre outros, mas representavam um número bem menor que os homens. Também menores constam eventualmente como “campeiros” a partir dos 12 anos, tendo casos em alguns inventários onde crianças de 8 anos já eram utilizadas na lida no campo como aprendizes.

Contudo, são os homens a partir de 18 anos que representam o quadro da divisão do trabalho nas charqueadas. Utilizando como exemplo os dados do charqueador José Inácio da Cunha²⁰, cujo inventário foi efetuado em 11 de dezembro de 1865 e continha 115 escravos, percebe-se um quadro mais complexo que o apresentado pela historiografia tradicional, com o registro de 17 atividades diferentes na charqueada²¹.

Apesar de salientar os limites da especialização do trabalho escravo, Cardoso não rejeita a possibilidade de existir alguma especialização no sistema produtivo charqueador: “As descrições de Dreys e de Couty sobre a técnica de preparação do charque mostram que a produção nas charqueadas consistia em uma atividade complexa que supunha alguma divisão e mesmo especialização do trabalho” (CARDOSO, p.178). No entanto, a existência de carneadores, salgadores, tripeiros, “descarneadores” e “graxeiros” aponta para um grau de divisão do trabalho mais complexo que o defendido pelo autor. Noguero et al (p.13, 2007), também utilizando inventários *post-mortem*, chama atenção que o conhecimento de algum ofício aumentava o preço dos escravos em média 15% a partir da década de 1850, o que indicava uma clara percepção do diferencial de produtividade dos cativos por parte dos proprietários.

¹⁹ Aqueles que constavam como “doente, “quebrado”, “cego” e com outros tipos de enfermidades foram retirados da amostra.

²⁰ Inventário nº 600, maço 39. APERS.

²¹ As atividades são: Campeiro, graxeiro, pedreiro, servente, balieiro, carneador, lavadeiro, tripeiro, carroceiro, sebeiro, tanoeiro, salgador, marinheiro, descarneador, cozinheiro, carpinteiro e roceiro.

A historiografia brasileira recente demonstra que a especialização do trabalho escravo não era restrita ao sul, e também era presente em atividades como o beneficiamento de cana de açúcar, principalmente após o desenvolvimento de moendas a vapor no século XIX. Segundo Luna e Klein (p.104, 2011), “o trabalho era organizado em tarefas especializadas, categorizadas por habilidades e dificuldades físicas. [...] a maior parte delas, mesmo as mais complexas e dependentes de mais treinamento, era executada por cativos”.

Por último, a hipótese mais recente sobre o declínio do setor é de Monastério (2005), que aponta a crise como resultado de uma “Doença Holandesa”, onde uma forte expansão em um setor exportador da economia prejudica outros setores sujeitos a competição internacional. No caso das charqueadas, a expansão da cafeicultura gerou um aumento da demanda por produtos *non-tradables* que resultou em um processo inflacionário. A redução na competitividade de outros setores sujeitos à competição internacional ocorreria através da valorização da taxa de câmbio real (Ibid, p.22). Utilizando os dados da taxa de câmbio nominal de Moura Filho (2006), em conjunto com o nível de preços da Inglaterra de Twigger (1999) e nível de preços internos de Lobo (1971), verificamos no gráfico 4 que houve forte apreciação da taxa de câmbio real para o período.

Gráfico 4. Taxa de câmbio real no Brasil.



A historiografia uruguaia, no entanto, também levanta a questão da “maldição dos recursos naturais” como uma das causas do atraso uruguaio em relação a países com características semelhantes, como a Nova Zelândia. Segundo Barrán e Nahum:

the British colonists were forced to respond to the challenge presented by the rugged and wooded territory of New Zealand. From the start, in the first half of the nineteenth century, they sowed pastureland. Uruguay, as has already been stated, had the diabolical blessing of ease. Its natural pastures did not necessitate the invention of the soil; it was already there (p.670, 1984).

Para estes autores, as benesses da natureza foram perigosas, pois promoveram inércia. Com riscos menores, os investimentos efetuados na pecuária uruguaia obtinham menores lucros, mas sempre o suficiente para manter a indústria: “One can choose between what is natural and what is planted, artificial and natural pastures. The choice depends on the demands of the world market and the development of the current situation” (Ibid, p.670).

É interessante notar que segundo a historiografia uruguaia, exatamente um dos motivos apontados como causa da ruína da indústria da pecuária rio-grandense, a melhor qualidade das pastagens, foi uma das vilãs que não permitiu o pleno desenvolvimento da indústria do Rio da Prata. Devemos, portanto, analisar quais fatores tiveram impacto no declínio das charqueadas do Rio Grande do Sul.

5. Fatores internacionais e problemas locais: A cliometria das charqueadas.

Nossa análise utiliza uma série de modelos para testar as diferentes hipóteses levantadas ao longo do trabalho. Começamos com um modelo simples (R1), onde medimos o impacto da variação do preço do charque e dos escravos na quantidade de charque exportada. Também controlamos para o aumento da presença uruguaia a partir da década de 1870, utilizando uma variável *dummy* com um índice do PIB real do setor pecuário no Uruguai desenvolvido por Bértola (1998). Esse modelo representa a hipótese de Cardoso (2003) e Pesavento (1980), onde o aumento do preço dos escravos resultou em um impacto imediato nos custos de produção do charque. O menor preço do *tasajo* uruguaio teria impactado negativamente as exportações do Rio Grande do Sul.

Na segunda regressão (R2) adicionamos como controle o efeito da variação da quantidade de café exportado (IBGE, 1990), pois como o charque era o principal alimento dos escravos que trabalhavam nos cafezais, um aumento na produção do café, devido à maior utilização de mão-de-obra, poderia resultar em um aumento na demanda de alimentos. No entanto, com o início da substituição da mão-de-obra por imigrantes, estes preferindo o plantio de seus alimentos, nossa hipótese é que o aumento da exportação do café não impactou a demanda pelo charque.

A regressão R3 introduz a taxa de câmbio real e apesar de não estarmos testando a hipótese sobre a existência de uma “doença holandesa” no sul do Brasil conforme proposto por Monastério (2005), queremos verificar se a taxa de câmbio teve algum impacto sobre a quantidade de charque exportado. Conforme demonstramos anteriormente, a baixa qualidade do produto o tornava muito sensível a aumentos no seu preço, e com isso, testamos a hipótese que uma variação no câmbio teve impacto na indústria do charque devido a seu efeito no preço do produto, ampliando o efeito substituição. Por último, R4 demonstra uma regressão somente com as variáveis significativas.

Os modelos se apresentam na ordem apresentada anteriormente, considera-se que todos possuam $\varepsilon_t \approx IIN(0, \sigma^2)$.

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 \Delta pc_t + \beta_2 \Delta pe_t + \beta_2 D_t + \beta_4 \varepsilon_{t-1} + \varepsilon_t \quad (R1)$$

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 \Delta pc_t + \beta_2 \Delta pe_t + \beta_3 \Delta Qca_t + \beta_4 D_t + \beta_5 \varepsilon_{t-1} + \varepsilon_t \quad (R2)$$

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_0 \Delta Qce_{t-1} + \beta_1 \Delta pc_t + \beta_2 \Delta pe_t + \beta_3 \Delta Qca_t + \beta_4 \Delta tcr_t + \beta_5 D_t + \varepsilon_t \quad (R3)$$

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_0 \Delta Qce_{t-1} + \beta_1 \Delta pc_t + \beta_2 \Delta tcr_t + \varepsilon_t \quad (R4)$$

Conotando as variações como:

ΔQce_t = variação na quantidade de charque exportado, Δpc_t = variação no preço do charque, Δtcr_t = variação na taxa de câmbio real, Δpe_t = variação no preço do escravo,

ΔQca_t = variação na quantidade produzida de café; $D_{PIB} \begin{cases} PIB_{PECUÁRIO}, se & t \geq 1870 \\ 0, se & t < 1870 \end{cases}$

Os resultados são apresentados na tabela 1. Sobre estes, percebe-se que a evidência empírica confirma algumas hipóteses levantadas ao longo do trabalho, como o

aumento do preço dos escravos não ser um fator que possa explicar o declínio da quantidade exportada, devido ao maior custo do trabalho assalariado. Outra hipótese que se verifica é o forte efeito na variação dos preços, onde um aumento gerava um efeito substituição por outras fontes alimentícias resultando em uma contração das exportações do charque.

Tabela 1 – Resultados das regressões R1,R2,R3 e R4
(teste t-student)

Modelos	(R1)	(R2)	(R3)	(R4)
Intercepto	-495,590 (-0,334)	-394,090 (-0,261)	649,271 (0,459)	-
$\Delta P.charque$	-16,030 (-2,492)*	-14,910 (-2,198)*	-30,507 (-3,382)**	-25,126 (-3,565)**
$\Delta P.escra$	-2,086 (-0,454)	-1,079 (-0,220)	-5,216 (-1,047)	-
$\Delta Q.caf\grave{e}$	-	-0,713 (-0,542)	0,883 (-0,676)	-
Lag($\Delta Q.Exp$)	-	-	-0,304 (-1,897)**	-0,358 (-2,586)*
Lag($\Delta Q.cafe$)	-	-	0,200 (0,148)	-
$\Delta T.c.r$	-	-	690,718 (2,458)*	535,243 (2,286)*
Dummy (Uruguai)	0,554 (-0,011)	2,995 (-0,056)	-36,379 (-0,738)	-
Lag (error)	-0,419 (-2,289)*	-0,462 (-2,38)*	-	-
R.S.E	5974,000	6049,000	4889,000	5127,000
Degrees of F	28,000	27,000	25,000	30,000
R ²	0,384	0,392	0,632	0,516
Adjusted R ²	0,296	0,280	0,529	0,467
F-statistics	4,366	3,484	6,137	10,640
AIC	674,150	686,193	669,998	669,990
BIC	683,120	675,717	683,467	668,284
DW-test	2,100	2,120	1,900	2,21

R.S.E – Residual standart error
Signif. codes: 0 ‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Sobre a concorrência uruguaia, apesar do aumento do PIB do setor pecuário no período, este não tem efeito sobre as exportações do Rio Grande do Sul e é coerente com as evidências qualitativas demonstradas anteriormente. O setor pecuário Uruguaio cresceu porque diversificou os seus produtos de exportação, principalmente buscando atender à demanda européia, e não aumentando as suas exportações de *tasajo* para o Brasil.

A variável que mede a taxa de câmbio real também é significativa e com o sinal correto, ou seja, uma desvalorização dessa taxa resultava em um aumento na quantidade de charque exportado, o que vai ao encontro da hipótese de Monastério (2005), onde “o *boom* do café foi perverso para o charqueador gaúcho devido à realocação do fator trabalho (escravos) e à valorização cambial que abalou a sua competitividade em relação à produção uruguaia” (Ibid, p.24).

A análise anterior, no entanto, não nos permite observar como os charqueadores brasileiros se adaptavam e reagiam as variações nas dinâmicas de curto e longo prazo. Com isso em mente, a análise de cointegração, denotada pelo teste de Dickey Fuller e equações de equilíbrio, demonstra que ocorre cointegração entre as seguintes variáveis: taxa de câmbio real, quantidade de charque exportado e preço do charque.

As equações de equilíbrio entre as variáveis cointegradas demonstram sua relação de equilíbrio de longo prazo. Sendo assim, as equações de equilíbrio, consideradas na análise, podem ser perfiladas como;

$$Qce = const + \kappa_1 tcr + \kappa_2 pc + \eta \quad (EE.1)$$

$$tcr = const + \kappa_3 Qce + \kappa_2 pc + \eta \quad (EE.2)$$

$$pc = const + \kappa_3 Qce + \kappa_1 tcr + \eta \quad (EE.3)$$

Os resultados encontrados na Tabela 2 para as equações de equilíbrio sugerem cointegração CI(1,1) entre as variáveis; taxa de câmbio real, quantidade de charque exportado e preço do charque.

Tabela 2: Equações de equilíbrio (EE)

	EE.1	EE.2	EE.3			
<i>Intercepto</i>	23339,10 (11,761)***	-6,5619 (-1,597)	288,42 (3,307)**			
<i>Qce</i>	-	0,000563 (4,282)***	-0,0164 (-6,279)***			
<i>tcr</i>	647,08 (4,282)***	-	22,41 (16,721)***			
<i>pc</i>	-33,67 (-6,279)***	0,04004 (16,721)***	-			
R.S.E	4634	4.322	102,3			
Degrees of F	32	32	32			
R ²	0,6499	0,9197	0,9434			
Adjusted R ²	0,628	0,9147	0,9399			
F-statistics	29,7	183,3	266,9			
Signif. codes:	0 '***'	0.001 '**'	0.01 '*'	0.05 '.'	0.1 '.'	1

Para termos esse diagnóstico, o teste de Dickey-Fuller aumentado para os resíduos; η_{QCE} , η_{TCR} e η_{PC} , apresentaram estacionariedade, assim como os elementos do vetor de cointegração (V_c), definido com $V_c = V\{\kappa_i\}$, apresentaram resultados significativos para os níveis usuais de significância. Somando-se a isso, as variáveis; Qce , tcr e pc são todas I(1), tornando possível considerar, finalmente, que as séries; Qce , tcr , pc , são cointegradas de ordem (1,1).

Para efetuarmos a análise, o modelo proposto é o de correção de erros (ENGEL e GRANGER, 1987). A vantagem deste modelo está no fato de trabalhar de forma simples variáveis cointegradas e ser rico em interpretações econômicas. Dessa forma, a partir das equações de equilíbrio, surge o modelo de correção de erros, com sua forma sugerida denotada por (1).

$$Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 pc_t + \beta_2 pc_{t-1} + \phi_1 tcr_t + \phi_2 tcr_{t-1} + \psi_t Qce_{t-1} + \eta_t \quad (1)$$

Se somarmos e diminuirmos: $\beta_1 pc_{t-1}$, Qce_{t-1} , $\phi_1 tcr_{t-1}$ da equação (1) e realocarmos os termos encontraremos a equação (1.1).

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 \Delta pc_t + \phi_1 \Delta tcr_t - (1-\psi) \left\{ Qce_{t-1} - \frac{(\beta_1 + \beta_2)}{1-\psi} pc_{t-1} - \frac{(\phi_1 + \phi_2)}{1-\psi} tcr_{t-1} \right\} + \eta_t \quad (1.1)$$

Se realizarmos a regressão (1) e considerarmos com 1 lag e log o após isolamos o erro da equação (1.2);

$$Qce_t = \alpha_0 + \gamma_1 pc_t + \gamma_2 tcr_t + \eta_{QCE_t} \quad (1.2)$$

Encontramos:

$$\eta_{QCE_{t-1}} = Qce_{t-1} - \alpha_0 - \gamma_1 pc_{t-1} - \gamma_2 tcr_{t-1} \quad (1.3)$$

Se considerarmos:

$$\frac{(\beta_1 + \beta_2)}{1-\psi} = \gamma_1 \text{ e } \frac{(\phi_1 + \phi_2)}{1-\psi} = \gamma_2$$

Poderemos substituir os resíduos encontrados em (1.3) na equação (1.1). Dessa forma;

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 \Delta pc_t + \phi_1 \Delta tcr_t - (1-\psi) \underbrace{\left\{ Qce_{t-1} - \frac{(\beta_1 + \beta_2)}{1-\psi} pc_{t-1} - \frac{(\phi_1 + \phi_2)}{1-\psi} tcr_{t-1} \right\}}_{\eta_{QCE_{t-1}}} + \eta_t \quad (1.4)$$

Finalmente obtemos o modelo:

$$\Delta Qce_t = \alpha_0 + \beta_1 \Delta pc_t + \phi_1 \Delta tcr_t - (1-\psi) \eta_{QCE_{t-1}} + \eta_t \quad (1.5)$$

A interpretação econômica para cada componente da equação (1.5) é;

β_1 e ϕ_1 = Impactos das variáveis de curto prazo

$$Qce_{t-1} - \frac{(\beta_1 + \beta_2)}{1-\psi} pc_{t-1} - \frac{(\phi_1 + \phi_2)}{1-\psi} tcr_{t-1} = \eta_{QCE_{t-1}} = \text{Desequilíbrios de longo prazo.}$$

$(1-\psi)$ = Capacidade de adaptação e convergência para o equilíbrio de longo prazo.

Os resultados do modelo de correção de correção de erros são apresentados a seguir:

$$\Delta Qce_t = 96,3995 - 29,5918 \Delta pc_t + 606,9954 \Delta tcr_t - 0,7336 \eta_{QCE_{t-1}} + \eta_t \quad (1.6)$$

(0,118) (-5,134)*** (2,977)** (-4,144)***

AIC= 675.1299, BIC= 682.7617, R-squared: 0.6167, F-statistic: 16.09.

Os resultados do modelo de correção de erros, também demonstram impactos de curto prazo do preço e da taxa de câmbio real na exportação do charque. O efeito de curto prazo da variação do nível de preços sobre a variação na quantidade exportada demonstra que o aumento do preço do charque resultava em um efeito substituição por outros produtos considerados semelhantes. Paralelamente, a apreciação da taxa de câmbio gerou impactos negativos sobre a quantidade de charque exportada. No entanto, a vantagem desse modelo é a possibilidade de verificarmos os efeitos dessas variáveis no longo prazo.

O valor do coeficiente de velocidade de ajustamento da equação (1.5) (0,7336) é alto, demonstrando que os charqueadores ajustavam-se rapidamente aos desvios da dinâmica de equilíbrio de longo prazo em (t-1). Porém o sinal negativo que antecede tal parâmetro denota que o ajustamento ao equilíbrio de longo prazo provocava impactos negativos na variação da quantidade exportada de charque.

Mantendo a proposta de considerar o aumento da participação do mercado uruguaio no setor da pecuária a partir de 1870, introduz-se a variável *dummy* apresentada anteriormente na regressão.

$$\Delta Q_{ce_t} = 286,7128 - 29,6022\Delta pc_t + 616,1658\Delta tcr_t - 0,7337\eta_{QCE_{t-1}} - 9,8905D_t + \eta_t$$

(0,255) (-5,055)*** (2,928)** (-4,079)*** (-0,250)

AIC= 677.0568, BIC= 686.215, R-squared: 0.6175, F-statistic: 11.7

A entrada dos charqueadores uruguaio no mercado não distorce significativamente os parâmetros encontrados na equação (1.6) e, assim, não alteram as análises apresentadas anteriormente. Como demonstrado anteriormente, o aumento no PIB do setor pecuário uruguaio ocorria através da diversificação da oferta e não devido ao aumento da demanda pelo charque. Com isso, a *dummy*, teve um impacto negativo na quantidade de charque exportado pelo Rio Grande do Sul, porém seus impactos não foram significativos estatisticamente.

Dado o efeito substituição, a taxa de câmbio real e a dinâmica de ajustamento ao equilíbrio de longo prazo, conclui-se que a apreciação cambial (ver gráfico 4) gerou, além da ampliação do efeito substituição, reduções na quantidade exportada de charque

e que mesmo com o ajustamento aos desequilíbrios, a situação dos charqueadores foi piorando com o tempo.

Conclui-se, portanto, que a conjuntura econômica era adversa aos charqueadores mesmo que estes rapidamente se ajustassem às vicissitudes de mercado. Tendo assim, estes fatores combinados estruturaram uma conjuntura de mercado que gerou a impossibilidade do crescimento da produção de charque no Rio grande do sul durante a segunda metade do século XIX.

6. Conclusão.

No início do século XX, quando a crise das charqueadas gaúchas já se estendiam por anos, a importância do setor permanecia a nível local. Álvaro Baptista, secretário da fazenda do RS, em um relatório ao Presidente do Estado em 1909, informava:

A nossa indústria mais rendosa, a que produz mais para o Estado e para os particulares é a do charque; mas é certo que é uma indústria transitória.

O charque não transpõe ainda os limites das repúblicas platina e do Brasil, senão para ir a Cuba. É, portanto, uma indústria que tende a desaparecer; e, como a nossa principal riqueza consiste na criação de gado, o futuro econômico do Rio Grande está ameaçado, e desde já cumpre-nos resolver o problema do emprego do nosso gado. (*apud* Fonseca, 1983).

A perplexidade do secretário da fazenda advinha do fato que enquanto a indústria era de suma importância para o Estado, seu desaparecimento era inevitável. Enquanto a historiografia tradicional procurou focar em fatores internos que estabeleceram os limites do charque como o aumento do preço dos escravos, buscamos demonstrar que fatores externos foram os responsáveis pelo declínio do setor pecuarista do Rio Grande do Sul.

Presos ao charque, ao passo que o Uruguai se modificava para atender a demanda global, os rio-grandenses dependiam da demanda do setor cafeeiro que começava a substituir a alimentação de seus trabalhadores com a vinda dos imigrantes. O mercado europeu não demandava o produto por considerar uma carne inferior, e tampouco os imigrantes que vinham para o Brasil, mesmo sendo paupérrimos, tinham interesse por esse tipo de alimento.

A única forma de vender o charque era através de preços muito baixos, onde seu valor era inferior a uma dúzia de ovos já na década de 1860. Qualquer fator que resultasse em um aumento nos preços levaria aos consumidores a comprarem outros tipos de alimentos. Demonstramos que o aumento de preços ocorreu através de uma valorização da taxa de câmbio real que colocou os produtores do Rio Grande do Sul em uma situação onde, por já estarem utilizando a mão-de-obra mais barata, não tinham como reduzir os custos de fabricação. A substituição da mão-de-obra, tida como a salvação nacional, não seria suficiente para salvar o charque.

BIBLIOGRAFIA

BELL, Stephen. **Campanha Gaúcha: A Brazilian Ranching System, 1850 – 1920**. Stanford University Press, 1998.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Uruguayan Rural History**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 64, No. 4 (Nov., 1984), pp. 655-673

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay Moderno. 1851 – 1885. Apéndice Documental**. Ediciones de La Banda Oriental, 1967.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay Moderno I. 1851 – 1885**. Ediciones de La Banda Oriental, 1977.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Historia Rural del Uruguay Moderno II. 1886 – 1894**. Ediciones de La Banda Oriental, 1977.

BÉRTOLA, Luis. **El PBI Uruguayo 1870-1936 y otras estimaciones**. FCS-CSIC, Montevideo, 1998.

BURTON, Captain Richard F. **Letters from the Battle-fields of Paraguay**. London: Tinsley Brothers, 1870. Acervo da Brasileira Digital USP.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UFF, Niterói, 1983.

CASAL, Juan Manuel. **Uruguay and the Paraguayan War**. In: Kraay, Hendrik; Whigham, Thomas L. *I Die with My Country. Perspectives on the Paraguayan War, 1864–1870*. University of Nebraska Press, 2004.

DAVIDSON, James E. H; HENRY, David F; SRBA, Frank, YEO, Stephen. **The Econometric Modelling of the Aggregate Time Series Relationship between Consumer Expenditure and Income in the United Kingdom**. The economic Journal n° 88 dezembro de 1978

ENGLE, Robert F; Granger, C. W. J. **Co-Integration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing**. *Econometrica*, Vol. 55, No. 2 (Mar., 1987), pp. 251-276

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FEE. **As Relações de Comércio do Rio Grande do Sul – do século XIX a 1930**. Porto Alegre, outubro, 2004.

FARINATTI, Luís Augusto. **Os grandes estancieiros e além: criadores de gado na fronteira meridional do Brasil (alegrete, 1831-1970)**. *história econômica & história de empresas* XI. 1, 91-117, 2008.

FOGEL, Robert. **Historiography and Retrospective Econometrics**. *History and Theory*, Vol. 9, No. 3 (1970), pp. 245-264

FOGEL, Robert; ENGERMAN, Stanley. **Time on the Cross**. The Economics of American Negro Slavery. Nova York: Norton, 1989.

FONSECA, Pedro. **RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha**. Porto Alegre: Movimento, 1983

HUTCHINSON, Thomas J. **The Paraná; with Incidents of the Paraguayan War, and South American Recollections, from 1861 to 1868**. London: Edward Stanford, 1868. Acervo da Brasileira Digital USP.

IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil. Séries Econômicas Demográficas e Sociais de 1550 a 1988**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

GALLENKA, Antonio. **South America**. London: Chapman and Hall, 1881. Acervo da Brasileira Digital USP.

GERSCHENKRON, Alexander. **History of Economic Doctrines and Economic History**. *The American Economic Review*, Vol. 59, No. 2, (May, 1969), pp. 1-17

HOLLOWAY, Thomas. **Immigrants on the Land**. The University of North Carolina Press, 1980.

LOBO, Eulalia. **Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares**. *Revista Brasileira de Economia*. 25(4) 235-265, 1971.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

MARCHESINI, G. B. **Il Brasile e Le sue Colonie Agricole**. Roma Tipografia Barbera, 1877. Acervo da Brasileira Digital USP.

MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e Desigual: O Brasil Escravista na Década de 1870**. 2009

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999.

MINELLO, Nelson. **Uruguay: la consolidación del Estado militar**. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 39, No. 2 (Apr. - Jun., 1977), pp. 575-594

MONASTERIO, L. M. . **A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação.** In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis : SEP, 2003..

MONASTERIO, L. M. **FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional.** História e Economia. Vol. 1 - n. 1 - 2º semestre 2005

MOURA FILHO, Heitor Pinto. Taxas Cambiais do Mil-Réis. **Exchange rates of the mil-reis (1795-1913).** MPRA Paper No. 5210. Disponível em <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/5210/>>, 2006.

NOGUERÓL, L. P. F. ; MIGOWSKI, V. ; Dias, M. S. ; Rodrigues, D ; PINTO, M. S. . **Elementos da Escravidão do Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o seguro contra a fuga na fronteira com o Uruguai.** In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2007, Recife - PE. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia, 2007.

NOGUERÓL, Luiz Paulo. **Mercado Regional de Escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e social.**

O'ROURKE, Kevin; WILLAMSON, Jeffrey. **Globalization and History.** MIT Press, 1999.

PADOIN, Maria Medianeira. **A Revolução Farroupilha.** Em: Piccolo, Helga I. L; Padoin, M. M. História Geral do Rio Grande do Sul. Vol.2: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Movimento, 1980.

PESAVENTO, Sandra. **República Velha gaúcha: Charqueadas, frigoríficos e criadores.** Porto Alegre: Movimento, 1980.

ROCK, David. **State-Building and Political Systems in Nineteenth-Century Argentina and Uruguay.** Past & Present, No. 167 (May, 2000), pp. 176-202

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **Mauá e a influência brasileira no Rio da Prata.** Revista de História da América. n.104, PP.31-64.Jul-Dec., 1987.

SANTOS, Sales Augusto dos; HALLEWELL, Laurence. **Historical Roots of the "Whitening" of Brazil.** Latin American Perspectives, Vol. 29, No. 1, Brazil: The Hegemonic Process in Political and Cultural Formation, pp. 61-82. Jan., 2002.

SMITH, Adam. **An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.** Hampshire: Harriman House, 2007.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Frabécio Pereira. **Brasileiros na Fronteira Uruguia: Economia e Política no Século XIX.** In: GUAZELLI, NEUMANN, KUHN E GRIJÓ (ORG.). História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

SKIDMORE, Thomas. **Black into White. Race and Nationality in Brazilian Thought.** New York: Oxford University Press, 1974.

SUMMERHILL, William. **Order Against Progress.** Stanford: Stanford University Press, 2003.

TIMMONS, Todd. **Science and Technology in Nineteenth-Century America.** Greenwood Press, 2005.

TWIGGER, Robert. **Inflation: the Value of the Pound 1750-1998.** Research Paper 99/20. Economic Policy and Statistics Section, House of Commons Library. February, 1999.

VERSIANI, Flávio. **Brazilian Slavery: toward an economic analysis.** Revista Brasileira de Economia: 48(4): 463-77 Out./Dez. 1994

Documentação Primária:

Quadro Estatístico e Geográfico da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1868. Disponível na biblioteca da FEE.

Inventários *post-mortem* para as comarcas de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Disponível em Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).